

.....

Notas sobre o estatuto da noção de lugar na obra do antropólogo Antonio Arantes

Izabela Tamaso

Em 1967, numa conferência que só viria a ser publicada no início da década de 1980, Foucault (1994) previu a importância que o espaço assumiria tanto no trabalho intelectual de compreender o mundo como, ou talvez sobretudo, nas vidas cotidianas de todos nós. Geertz (1996) sinalizou o fato de que uma breve observação nos volumes de monografias e livros de antropologia nos permitiria constatar a ausência do lugar como conceito analítico e descritivo, não obstante a presença das descrições físicas. Nos anos 90, intensificaram-se nas Ciências Sociais os estudos sobre espaço e lugar. Antropólogos deslocaram suas abordagens, de forma que as dimensões espaciais das culturas deixaram de ser apenas o pano de fundo e assumiram função de destaque. Desde então, a categoria analítica ou o conceito de lugar tem balizado estudos sobre sociedades indígenas, quilombolas, camponesas, grupos urbanos, ribeirinhos, de refugiados, de deslocados, de migrantes, grupos impactados por projetos de desenvolvimento, pelo processo de globalização, pelos processos de patrimonialização e gentrificação, grupos que vivenciam conflitos étnicos

e/ou políticos, dentre outros. Não obstante, há ainda pouca reflexão sobre a estreita relação entre o conceito de lugar e patrimônios e as várias possibilidades que podem advir desta abordagem. Neste artigo refletiremos sobre o estatuto da noção de lugar nos estudos dos patrimônios culturais feitos pelo antropólogo Antonio Augusto Arantes.¹

A expansão dos patrimônios² e o estatuto do lugar

Os estudos de patrimônio no Brasil cresceram sobremaneira após a promulgação do Decreto 3551/2000, que instituiu o registro dos bens de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, prevendo, além do reconhecimento dos bens de natureza imaterial, os inventários e as salvaguardas.

A partir daí, os antropólogos brasileiros, que até então (em geral) permaneciam relativamente distantes do tema, dele se acercaram de tal forma que várias linhas de pesquisa sobre patrimônio foram criadas em diversos programas de pós-graduação e projetos de extensão. Ações de inventários foram e têm sido realizadas por diversos colegas antropólogos. Paralelamente a isto, foram se intensificando as investigações antropológicas que tomaram o lugar de categoria analítica.

Em 1996, numa coletânea organizada por Steven Feld e Keith Basso, intitulada *Senses of Place*, Geertz refletiu sobre a ausência do “lugar” como conceito descritivo e analítico nas monografias antropológicas. Levantava como possíveis justificativas a ubiquidade do lugar e o sentido

1 Antonio Augusto Arantes é antropólogo e professor aposentado da Unicamp. Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Tem mestrado pela USP e doutorado pela Universidade de Cambridge. Foi secretário de Cultura do município de Campinas (SP), presidente do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Turístico do Estado de São Paulo), presidente do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), consultor da Unesco e da OIP [International Organisations Intellectual Property]. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

2 Para maior detalhamento, consultar Tamaso (2006, 2007).

de lugar na vida humana, pelo fato de que é difícil ver o que está sempre presente, mas também porque, sendo o termo “lugar” bastante difundido na linguagem ordinária, é de difícil fixação na mente.

Geertz cita o antropólogo Charlie O. Frake para nos lembrar que todos os lugares são igualmente etnográficos. O que se deve observar, segundo Geertz, é como o japonês percebe o mercado de peixes e os parisienses, o Pantheon, sendo necessário o mesmo tipo de paciência e tato apaixonado para se alcançar a compreensão de como parceiros do Kula percebem seus locais de troca (1996, p. 261).

Lembra Geertz que para se estudar “lugar”, ou mais exatamente o sentido de lugar de algumas pessoas “é necessário se deixar levar com eles – para observá-los como sujeitos que experienciam, como seres sensíveis para os quais, segundo Casey, ‘o mudo vem ornamentado em lugares’” (p. 260).

O conceito de espaço e lugar tem sido debatido por geógrafos, sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos e arquitetos/urbanistas, além de antropólogos, o que demonstra a centralidade do espaço na teoria social. Espaço e lugar têm, pois, se tornado conceitos totêmicos para aqueles que investigam relações sociais, culturais, políticas, econômicas (Hubbard; Kitchin, 2011).

Na antropologia, Marc Augé (1994), Michel De Certeau (1994) e Tim Ingold (2000), por exemplo, ao observarem as práticas do cotidiano, colocaram em primeiro plano os ritmos da conduta social.

Já nos estudos culturais, relativos à representação, predomina uma compreensão do espaço como dispositivo de enquadramento na criação de imaginários culturais, como é o caso de Said (1990), Stuart Hall (1997) e Benedict Anderson (2008).

As pesquisas concernentes à sociedade informacional e à globalização colocam os conceitos de espaço e lugar no centro do pensamento econômico, como é o caso de Giddens (1989), Castells (2011) e Sassen (2008).

A nova sociologia urbana aliada à geografia investe no papel que tem a urbanização na sociedade capitalista, arguindo que a cidade concretiza certas desigualdades de classe. Exemplos são Manuel Castells (2011), David Harvey (1996) e Neil Smith (1996).

A noção de que o espaço é socialmente construído, de Lefebvre (1986), está na base da maior parte dos trabalhos sobre lugar. Já Doreen Massey (1994, 2005) aponta para o progressivo sentido de lugar, e para a equação entre globalização, lugares e identidades. O lugar é constituído por um complexo de interseções e resultados de poderes geométricos, que operam através de muitas escalas espaciais desde o corpo até o global. Os lugares são compostos por múltiplos, interseccionando relações sociais, políticas e econômicas. Lugares são relacionais, contingentes, experienciados e compreendidos diferentemente pelos diversos grupos e pessoas. Eles são múltiplos, contestados, fluidos e incertos (Low, 2003).

No Brasil, a categoria lugar tem balizado estudos sobre sociedades indígenas, quilombolas, camponesas, grupos urbanos, ribeirinhos, grupos impactados por projetos de desenvolvimento, pelo processo de globalização, pelos processos de patrimonialização, gentrificação e revitalização, grupos que vivenciam conflitos étnicos, políticos e sobretudo aqueles que envolvem a relação entre identidade e território.

Por ser este um cenário profícuo de investigações e debates e também de inserção profissional dos antropólogos para além das universidades e centros de pesquisa, considero que devemos interpretar a trajetória de alguns antropólogos constituidores deste campo – o dos patrimônios no Brasil.

Faço um recorte na trajetória investigativa e acadêmica de Antonio Augusto Arantes para refletir sobre a relação entre o lugar como conceito analítico e descritivo e os estudos de patrimônio no Brasil. Minha opção se justifica, em primeiro lugar, por reconhecê-lo como o antropólogo que constitui este campo na antropologia brasileira. Assim, destaco a influência de Arantes no desenvolvimento contemporâneo das investigações, etno-

grafias e teorias sobre os patrimônios, praticadas no Brasil e também em outros países vizinhos e alhures. Por ocasião de uma passagem minha pelo Mali, na África, conversava com um representante da Unesco responsável pelos patrimônios imateriais e, quando eu me apresentei como brasileira, ele imediatamente fez referência a *monsieur* Arantes.

Mas há um segundo motivo por tê-lo escolhido: é o fato de ser ele um expoente no que se refere a colocar o “lugar” como categoria fundamental das reflexões, das políticas e das práticas patrimoniais, sejam elas relativas aos patrimônios tangíveis ou intangíveis.

Mais do que um exercício de nostalgia ou de nos voltarmos para o passado, entendo ser importante olhar para a produção intelectual de Arantes a fim de mapear as ideias-chave sobre a relação lugar e patrimônio. Esta tarefa é tão complexa quanto estimulante, posto que é deveras prazeroso retomar os artigos e os livros de Antonio Arantes e observar que, de forma sempre concisa e elegante, estão postas as bases para as reflexões que todos fizemos então e fazemos agora.

Após uma breve releitura de seus artigos e livros, selecionei aqueles que mais diretamente refletem a relação entre antropologia, lugar e patrimônio, muito embora saibamos que, mesmo em seus textos em que esta relação não está diretamente posta, há um movimento que revela a preocupação com a relação dos lugares e as práticas culturais.

Devo destacar que uma tarefa como esta tem suas parcialidades, alguns pontos cegos e exclusões, de forma que o objetivo aqui visado foi o de seguir determinadas trilhas de pensamento e iluminar certas interpretações e análises. Assim, dos vários livros e dezenas de artigos de sua autoria, muitos não aparecerão neste recorte proposto.

Algumas notas sobre a noção de lugar na obra de Arantes

A literatura de cordel, as feiras e os mercados do Nordeste foram a base para a sua tese de doutorado, de 1978. Artes populares, lugares e região são três elementos fundamentais em *O trabalho e a fala*, livro publicado em 1982.

Embora o tema patrimônio não fosse ainda objeto específico de reflexão do autor, a noção de lugar já surge como um interesse. Os folhetos são entendidos como veículos de representações coletivas e produtos de atividade social. Arantes vislumbra responder a duas questões: 1. se os poemas de cordel referem-se à vida dos poetas e seu público, e 2. em caso afirmativo, de que modo? A pergunta formulada levou Arantes aos lugares poetizados pelos artistas populares. Ele então cria um quadro sinóptico dos lugares onde são vendidos os folhetos e lá está a Feira de Caruaru, que em 2006 foi reconhecida pelo Iphan como patrimônio imaterial.

Além disso, o cordel lhe permitiu observar como os lugares eram representados nos folhetos. Agreste, sertão, zona da mata, casas grandes, engenhos, barracas, sítios, canaviais são espaços e lugares do imaginário que são poeticamente recriados conferindo-lhes significação.

Vale lembrar Basso, para quem a

experiência de lugares sensíveis, então, é tanto recíproca quanto incorrigivelmente dinâmica. Assim como lugares animam as ideias e os sentimentos de pessoas que os frequentam, essas mesmas ideias e sentimentos animam os lugares em que a atenção tem sido dada, e os movimentos desse processo [...] não podem ser conhecidos antecipadamente (Basso, 1996, p. 55).

Embora o patrimônio não fosse ainda objeto específico de reflexão do autor, a preocupação com a relação entre arte, cultura popular e contexto, somada à distinção entre uma perspectiva de estudo dos folcloristas e a dos antropólogos, revela a sensibilidade para com os temas, que seriam por ele abordados no futuro, sobretudo o tema relativo aos patrimônios imateriais.

No livro *O que é cultura popular?*, Arantes já fazia a relação entre cultura popular e patrimônio, quando afirmava que

Procurando-se reproduzir objetos e práticas supostamente cristalizadas no tempo e no espaço, acaba-se por produzir

versões modificadas, no mais das vezes esquemáticas, estereotipadas e, sobretudo, inverossímeis (aos olhos dos produtores originais) dos eventos culturais com os quais se pretende constituir o patrimônio de todos (1981, p. 19).

Observem que o patrimônio de todos aparecia dando valor às culturas populares. Isto no princípio dos anos 80, quando não havia na Antropologia nacional qualquer interesse por este tema ou a sua valorização. Embora Aloísio Magalhães já tivesse iniciado sua atuação no Centro Nacional de Referência Cultural na década de 70, na Antropologia brasileira eram ainda insipientes, e acho que posso dizer inexistentes, as influências de Magalhães para a compreensão dos fatos da cultura popular como valor de patrimônio cultural.

No livro, *O que é Cultura Popular?*, mas também no texto sobre a Capela de São Miguel Paulista, Arantes reflete sobre o caso da produção cultural de classes trabalhadoras com base nas transformações provocadas pela aceleração do processo de urbanização e industrialização. Desde então a cidade foi ganhando destaque em seus escritos. Ele aponta para a importância de se pensar a relação entre espaços urbanos, artes, culturas populares e identidade cultural das comunidades.

Em última instância, Arantes já sinalizava em direção aos lugares dos patrimônios e os lugares patrimoniais. No cerne deste debate estão Manuel Castells, David Harvey e Neil Smith, por exemplo, que segundo uma nova sociologia urbana, aliada à geografia, investem no papel que tem a urbanização na sociedade capitalista, concluindo que a cidade, de fato, concretiza certas desigualdades de classe.

Foi também no ano de 1981 que Arantes publicou o primeiro resultado das investigações no entorno da Capela São Miguel Arcaño, em São Miguel Paulista, que penso terem sido fundamentais tanto para a escrita de *O que é Cultura Popular?* como para várias outras reflexões suas.

Além de na *Revista de Antropologia* da USP, o texto foi publicado alguns anos depois no livro que considero fundador dos estudos de patrimônio no

Brasil, *Produzindo o Passado* (1984a), que se constitui em uma coletânea de comunicações apresentadas em Seminário organizado quando Arantes era presidente do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo).

Em São Miguel, Arantes se propôs a investigar a questão da produção cultural nas classes trabalhadoras em relação ao patrimônio, uma vez que a capela data de 1622 e já havia sido tombada desde 1938 pelo Iphan. A narrativa desta pesquisa é uma excelente demonstração metodológica tanto do processo de construção quanto de reflexão sobre experiências etnográficas e foi recentemente republicada no Dossiê sobre Patrimônios e Lugares da *Vibrant*, de 2018.

Os sentidos do lugar relativos ao entorno da Capela foram sendo apreendidos ao longo de um período de dois meses nos quais Arantes residiu em um pequeno quarto alugado. Era então identificado como Toninho, o professor / pesquisador. Ele observou que a história da produção cultural no bairro coincidia com a história de sua urbanização. Assim, havia uma relação muito estreita entre trajetórias individuais dos moradores, produção cultural e urbanização, sobretudo no que se referia à Praça Padre Aleixo, onde está situada a capela.

Representações da capela e do seu entorno foram identificadas e analisadas e, na sequência, a capela foi sendo apropriada de acordo com as necessidades e os interesses dos artistas e dos moradores do bairro. O que interessa destacar é que Arantes acompanha e narra o processo pelo qual os espaços da igreja vão sendo reelaborados, tomados para si e ressemantizados. Assim, a sacristia vira camarim e o altar se transforma em palco.

A impossibilidade de alteração da estrutura física, tutelada pelo Estado-nação, não impediu que o lugar patrimonial fosse sendo assebhoreado viva e criativamente pela comunidade do seu entorno.

Interessante ainda é o fato de que, no debate ocorrido naquele seminário do Condephaat, nos idos de 1983, Arantes falava sobre o

conceito de cultura como associado à ação simbólica, de forma que já fazia recair o foco sobre o processo e não sobre o produto e, novamente, a noção do lugar subjazia a esta concepção, uma vez que se entendia que os processos de representações de ações e objetos se realizam em um campo política e materialmente estruturado.

Em textos da década de 90, preocupado com a relação entre processos culturais, patrimônios, memória social e sustentabilidade, Arantes refletiu sobre desigualdade, direitos culturais e cidadania. Fruto da abertura democrática e da promulgação da Constituição de 88, as demandas por conservação de áreas naturais, por preservação dos patrimônios culturais e pelos direitos crescem sobremaneira.

Em 1996 Arantes organizou o dossiê sobre cidadania da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, reunindo intelectuais e investigadores de diversas áreas disciplinares para pensar a “articulação entre cidadania e direitos culturais focalizando algumas práticas pelas quais a nação e as identidades são formadas simbolicamente”.

Arantes afirma que “os debates e os embates atuais em torno da questão da cidadania tendem a pluralizar os lugares sociais a partir dos quais se pode legitimamente reivindicar o direito a ter direitos” (citando Harendt). E completa dizendo que “esta tendência sugere que os processos formadores da cidadania adquiriram forte inflexão cultural” (1996, p.09). Esta frase bem poderia ter sido escrita agora, posto que tal inflexão cultural pode ser comprovada pelos inúmeros pedidos de registro e reconhecimento como patrimônio imaterial das mais distintas práticas culturais e, portanto, dos direitos culturais, sobretudo de afrodescendentes e indígenas.

Arantes aponta que a luta pelos direitos de cidadania talvez tenha no tombamento do Terreiro de Casa Branca e da Fábrica de Chá os exemplos mais importantes, traduzindo a luta pelos direitos de cidadania relacionados a bens culturais “constitutivos de identidades mais localizadas” (1991, p. 238). Entendo que nestes dois casos a noção de lugar

como espaço significativo, experienciado e valorado está presente. Em ambos os casos sabemos que o tombamento, embora objetive acautelar o bem material (a coisa), visava neste caso, especialmente, proteger as relações e as práticas sociais e simbólicas que nesses lugares tinham efeito. Assim, tombou-se o imóvel, mas já com olhos na proteção do lugar e das práticas que ali se davam.

É significativo que Arantes tenha dito isto em 1991, pois, no final dos anos 90, ele coordenaria a equipe que apresentaria ao Iphan a metodologia para o INRC (Inventário Nacional das Referências Culturais). Além disso, o Decreto 3.551, que consagra o trabalho da equipe do GT de Patrimônio Imaterial, incorporou a categoria “Lugares” como prática passível de ser reconhecida, além de Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer. É muito importante ressaltar que a categoria “Lugares” é inexistente na política de reconhecimento da Unesco.

Arantes analisa em artigo publicado em 2018 que o reconhecimento de lugares como patrimônios abre “uma nova perspectiva conceitual e uma precedência para a proteção de terreiros e quilombos e sítios indígenas sagrados, uma vez que eles não são espaços físicos, mas socialmente construídos”.

Mas nos anos 90, então muito dedicado às reflexões sobre problemas urbanos, Arantes apontou o fato de que o bem “tombamento” passa para uma nova condição, uma vez que é incorporado à vida social da coletividade, o que foi analisado por Rubino (orientada por Arantes) como ritual. Esse processo é constituído pelas intervenções físicas (reforma, restauros) e simbólicas (redefinição de usos, definição, fixação e divulgação dos significados) (1991, p. 239).

Novamente os bens materiais são analisados segundo a sua condição de lugares. Nesta mesma direção o autor ressalta o processo de reinterpretação simbólica pelo qual passa um bem cultural que é transferido de um contexto cultural para o outro. O caso da capela de São Miguel é um deles, cujo destino ficou entre se tornar um Museu de Arte Sacra ou

um centro cultural comunitário. Outro exemplo, da minha experiência etnográfica, é o caso dos santos retirados das igrejas da cidade de Goiás para a constituição do Museu de Arte Sacra.

Os casos falam da reconceituação de lugares, sejam eles habitações, monumentos, ruas ou largos. O que importa ressaltar na abordagem arantiana³ é que “um eventual resgate de um objeto preexistente em sua potência simbólica resulta menos das reinterpretações físicas que deles se façam do que da possibilidade de novos sujeitos efetivamente incorporarem esses bens a suas vidas e projetos”, o que significa que espaços sejam de fato lugares, no sentido que Casey (1996, 2009), Tuan (1983) e Malpas (1999) entendem.

É sobretudo na primeira década do século XXI que o conceito e a categoria “lugar” tornaram-se fortes e declaradamente presentes nos trabalhos de Arantes, tanto nos artigos e nos livros quanto em sua atuação na formulação e na implementação de políticas de preservação patrimoniais.

A noção “paisagem de história” é fundamental no começo desse período, que se vincula às investigações coordenadas por Arantes na Costa do Descobrimento. São “paisagens de história” aqueles “espaços geográficos com alta densidade de referências históricas e culturais enquadrados por empreendimentos econômicos e/ou culturais voltados à produção e à circulação de bens de consumo com forte sentido de lugar” (2000, p. 66). Neste caso, Arantes traz para os estudos de patrimônio um diálogo com *Visões do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1969).

Arantes interessa-se pelos sentidos que as práticas sociais inscrevem nos espaços, tornando-os lugares, de forma que essas paisagens geográficas, impregnadas de história, transformam-se em componente poderoso de práticas sociais. Ele se preocupava, então, sobretudo com

3 Proponho classificar como *arantiana* a produção intelectual e a influência de Arantes nos estudos dos patrimônios e nas políticas públicas nacionais e internacionais.

as transformações que o turismo impunha a Porto Seguro, Cabralia e Coroa Vermelha, criando paisagens de sonho ao mesmo tempo que de exclusão e enclaves. Assim, diz Arantes,

os processos sociais de reenquadramento e reinterpretação da paisagem material [...] desencaixam os modos de vida e as práticas locais dos seus contextos e sentidos tradicionais, reconfigurando suas referências culturais num marco político e econômico supralocal (nacional ou global) (2000, p. 94).

O passado não pode ser apreendido independentemente da localização no lugar. Assim, a dependência que o passado tem do lugar é refletida em um modelo particular, em um fenômeno já encontrado em Proust (2007), incorporado em Guermantes ou na Igreja de Combray.

Em 2000, Arantes lança dois livros: uma coletânea e um autoral. Em *Espaço da Diferença* (2000a), ele reúne pesquisadores sêniores e iniciantes em torno da relação entre patrimônios, poder e cidades, com destaque para o jogo tácito das identidades, as fronteiras sociais flexíveis, as zonas simbólicas de contato, as variações de escala e a interpenetração dos espaços reais e virtuais. Áreas como Sociologia, Geografia, Arquitetura, Urbanismo e Antropologia debatem a vida e os espaços públicos, as relações de poder e os contrapoderes (ideia que foi amplamente desenvolvida pelo seu orientando Rogério Proença Leite), as diferenças culturais e os sentidos – materiais e simbólicos – presentes nas cidades contemporâneas. O autor estava preocupado em debater como se formam e se reconfiguram os espaços da diferença, o que equivale a dizer como os espaços se transformam em lugares.

A relação entre lugares, cidades, memórias e poder ganha fôlego no livro *Paisagens Paulistas* (2000b), no qual procura entender a relação entre práticas de espaço, conflito social e cidadania. Fronteiras simbólicas, territorialidades flexíveis, zonas de passagens, paisagens políticas e vernaculares e produção social do espaço público são analisadas com base no referencial empírico da cidade de São Paulo.

Um primeiro capítulo, intitulado “Primeiro Olhar”, exercita uma posição de distanciamento para visualizar a cidade e nela flagrar a experiência humana, identificando, no plano do espaço, zonas luminosas, sombrias e de transição. Acompanham seu texto as fotos de Alice Brill.

Os lugares em guerra, alguns patrimonializados, são descritos e analisados de acordo com as suas fronteiras simbólicas, que tanto separam práticas sociais e visões de mundo quanto as colocam em contato, tornando possível algum diálogo. Assim, os lugares são pensados como superpostos e entrecruzados de modo complexo, formando zonas simbólicas de transição.

Para concluir, gostaria de ressaltar a singularidade do percurso investigativo e reflexivo de Arantes que exemplifica as possibilidades do fazer antropológico em vários planos: na produção e na prática intelectual e acadêmica, no diálogo inquietante com organizações não governamentais e na participação em esferas de órgãos governamentais de cultura e patrimônio. Este deslocar-se, em momentos distintos, lhe permitiu o que chamo de uma experiência etnográfica (mesmo que não seja deliberada), que se refletiu em sua produção ao longo desses quase 50 anos. Pelos seus últimos textos e falas referentes aos Patrimônios, parece-me agora viver um momento interessante e estimulado pelos debates mundiais sobre os patrimônios intangíveis, mas também impulsionando-os, com o acréscimo da questão da propriedade intelectual, que é um tema absolutamente crucial para as práticas e os processos culturais, sobretudo relacionados aos povos tradicionais e às culturas populares.

Sendo este texto apenas um recorte do estatuto diferenciado e fundante da noção de lugar, como conceito descritivo e analítico, na produção intelectual de Arantes, gostaria de reiterar minha percepção de que ele é um autor que continua a construir e a moldar os debates sobre patrimônios, tanto na atualidade quanto no futuro, sendo pois um pensador-chave para os estudos dos lugares patrimoniais e patrimonializados, no Brasil e alhures.

Referências

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, Antonio A. Cidadania (dossiê). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 00, 1996.

_____. (org.). *Museu Aberto do Descobrimento*. Vol. 1. Guia cultural. 1. ed. Brasília e Campinas: Iphan/Andrade e Arantes Ltda, 2001.

_____. (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000a.

_____. *O que é Cultura Popular?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1998 [1981].

_____. *O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel*. Campinas, SP: Editora Kairós / FUNCAMP, 1982.

_____. *Paisagens Paulistas*: transformações no espaço público. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000b

_____. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Condephaat, 1984a.

_____. Revitalização da capela de São Miguel Paulista. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, 1984b. p. 149-174.

AUGÉ, Marc. *Não lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CASEY, Edward. *Getting Backing Place: Toward a Renewed understand of the place-world*. Bloomington / Indianapolis: Indiana University Press, 2009 [1993].

_____. 1996. How to get from space to place in a fairly short stretch of time. In: FELD, Steven; BASSO, Keith (orgs.). *Senses of Place*. Santa Fé, Novo México: School of American Research Press, 1996. p.13-51.

_____. *Representing Place: Landscape painting & maps*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2011.

CERTEAU, Michel de. *Práticas de Espaço. A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FELD, Steven; BASSO, Keith (orgs.) *Senses of Place*. Santa Fé, Novo México: School of American Research Press, 1996.

FOUCAULT, Michel. Espaço e Poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 138-145, 1994.

GEERTZ, Clifford. Posfácio. In: FELD, Steven; BASSO, Keith H. (eds.). *Senses of Place*. Santa Fé, New México: School of American Research Press, 1996.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HALL, Stuart. *Representations: cultural representations and signifying practices*. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications / The Open University, 1997.

HARVEY, David. *A condição da Pós-Modernidade. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio B. *Visões do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora da USP / Companhia Editora Nacional, 1969.

HUBBARD, Phill; KITCHIM, Rob (orgs.). *Key Thinkers on Space and Place*. Los Angeles, London and New Delhi: Sage Publications, 2011.

INGOLD, Tim. *Dwelling*. The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skills. London and New York: Routledge, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris, Anthopos (1^a. ed. 1974).

LOW, Setha; LAWRENCE-ZÚNIGA, Denise. *Locating Culture*. The Anthropology of Space and Place. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

MALPAS, John. *Place and Experience. A philosophical topography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MASSEY, Doreen. *For Space*. London: Sage Publications, 2005.

_____. *Space, Place and Gender*. Cambridge: Polity Press, 1994.

_____. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

PROUST, Marcel. *Em Busca do Tempo Perdido*. No Caminho de Swann. São Paulo: Globo, 2006.

PROUST, Marcel. *Em Busca do Tempo Perdido*. O Caminho de Guermantes. São Paulo: Globo, 2007.

RUBINO, Silvana. *As Fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1986*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Unicamp, Campinas, 1995.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SASSEN, Saskia. *Territory, Authority, Rights: from medieval to global assemblages*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

SMITH, Neil. New *Urban Frontier*: Gentrification and Revanchist City. New York: Routledge, 1996.

TILLEY, Christopher. *A Phenomenology of Landscape*: Places, Paths and Monuments. Oxford and Providence: Berg Publishers, 1994.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*: A Perspectiva da Experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.